

“As manhas que a vida ensina à gente”: a transgressão como estratégia de resistência

Ana Piedade*

Transgredir as normas vigentes na sociedade pode ser uma forma de resistência à autoridade e de aprendizagem não formal. Ganha contornos de resistência política quando afronta o Estado não democrático, autoritário e de partido único,¹ ao convocar e integrar movimentos grevistas e reivindicativos bem como ao desconhecer as regras econômicas impostas pelo Estado, no que concerne às taxas alfandegárias sobre bens transacionáveis. Torna-se resistência ao poder paternal, no seio da família, quando se joga o jogo de enganos com a cumplicidade de relações vicinais fortes que protegem romances ilícitos, escondidos dos progenitores. Assume-se como resistência à autoridade representada pelo patronato, que condiciona não apenas as remunerações salariais mas também, em alguns setores de atividade como a indústria corticeira, a distribuição do trabalho e o número de dias de trabalho remunerado (os operários recebiam por dia efetivo de trabalho e não uma remuneração mensal fixa), quando deliberada e assumidamente se enganam os patrões.

É esta reflexão que se pretende partilhar no presente texto. Uma reflexão sobre a transmissão de conhecimentos relacionada com a transgressão para compreender o modo como acontece e se manifesta este fenômeno numa comunidade em transformação – numa localidade que foi eminentemente

* Doutora em Antropologia Social e Cultural. Professora do Departamento de Educação, Ciências Sociais e do Comportamento do Instituto Politécnico de Beja (IPBeja); coordenadora do Lab-AT (Laboratório de Animação Territorial) do IPBeja; investigadora da Cria (Centros em Rede de Investigação em Antropologia). E-mail: af.lavado@gmail.com.

1 Fala-se de Portugal antes da instauração da democracia, a partir de 1974.

rural e em menos de meio século se tornou uma das mais industrializadas de Portugal. A chegada de novas pessoas para trabalhar nas fábricas que substituem a agricultura como atividade econômica principal, o novo tecido social que se vai criando na comunidade (operariado) e a dinâmica de contestação crescente – sobretudo a partir da década de 1930 –, aliados a dificuldades econômicas, propiciam o surgimento de estratégias de engano para encarar a pobreza e a autoridade que se considerava excessiva. Aprendia-se assim na escola da vida um conjunto de competências que permitiam enfrentar a adversidade.

Esse processo de aprendizagem reporta-se a quatro situações de engano como sejam: namoro às escondidas (décadas de 1920 e 1930); passagem de informações no contexto prisional (presos políticos nas décadas de 1940 e 1950); aproveitamento de subsídios estatais (baixa por doença, década de 1960) e passagem de bens contrabandeados (década de 1970). Embora os protagonistas sejam diferentes, tal como os contextos temporais em que as ações decorrem, o contexto espacial é o mesmo.

O artigo apresentado resulta de dados recolhidos no âmbito de várias pesquisas realizadas nos períodos de 1996 a 1997 e de 2000 a 2014, que versaram os aspetos ligados à reprodução dos quadros sociais da memória no que concerne à aprendizagem, à transmissão e aquisição de formas de lúdico e as questões relacionadas com contrabando. Todas elas realizaram-se no concelho do Barreiro e privilegiaram o método biográfico. Em todas as pesquisas foi visível a postura dos declarantes de encontrar estratégias que lhes permitissem resistir ao que apelidavam de injustiça ou tirania, bem como a importância que atribuíam a episódios da sua vida que consideravam como um dos seus legados de sabedoria aos descendentes e amigos próximos, de gerações mais novas. Partindo dos dados recolhidos, novas leituras foram feitas com enfoque nas aprendizagens de tipo não formal – permitidas pelas vivências contadas pelos informantes – com o pressuposto de que tais estratégias são tradutoras de uma identidade comunitária que se forja entre os anos 1930 e os anos 1970, num contexto sociopolítico de liberdade cerceada. Atualmente a pesquisa prossegue, levada a cabo por docentes do IPBeja, em Portugal, e pensa-se na possibilidade de transformá-la num projeto de investigação mais alargado sobre transgressão, resistência e *performance*.

A opção aqui feita por estes eventos em detrimento de “aprendizagens sérias” prende-se com o fato de serem do domínio do interdito e do marginal; portanto, não obstante terem uma função “utilitária” no contexto em que

ocorreram, não surgem, pelo seu conteúdo, transmitidas de outro modo que não a via oral.

Os protagonistas/intervenientes das ações são apresentados apenas com o nome próprio e sem apelido, de forma a preservar o seu anonimato (e o dos familiares diretos dos informantes que já faleceram). O local de nascimento e residência dos informantes situa-se na zona da Grande Lisboa, na margem sul do Tejo, no concelho do Barreiro.

Estas histórias escondiam-se na vida dos indivíduos, vindo à luz do dia como exemplo do que “a vida ensina”, como foi já referido, em situações-limite como a liberdade limitada ou mesmo a ausência de liberdade e a pobreza. Ao mesmo tempo, validam o engano “controlado”, visto que há limites que não se ultrapassam em nenhuma das situações – ao par da transgressão ser permitida no contexto da comunidade e de cada indivíduo, há ainda assim limites pessoais que não se ultrapassam. No caso da resistência política, não há atos de terrorismo ou atentados; o contrabando feito é de pequenos bens mas nunca de armas, pessoas ou drogas; a resistência à autoridade paterna é feita com decoro, sem escândalo e sem que a protagonista abandone a casa familiar ou tenha contacto íntimo com o namorado; a resistência aos patrões é feita de engano mas sem violência contra eles (é sem dúvida muito mais violenta para os próprios operários).

Ao mesmo tempo que são ensinados modos de “se livrar da pobreza, nem que seja um pouquinho”, ensina-se aos descendentes que se a família é pobre, é “pobre mas honesta”. Isto é, ensinam-se os limites da honra e da decência que se consideram como padrão a seguir.

A história de vida é uma atividade de síntese que se apropria das estruturas sociais, interiorizando-as e exteriorizando-as, isto é, reproduzindo-as. Essas estruturas constituem o quadro social da memória e dependem de escolhas sociais – são influenciadas pela estrutura social do sujeito, traduzindo uma unidade ideológica, valores e perspectivas (Poirer; Clapier-Valladon; Raybaut, 1995). Nesse sentido, permitem captar a ligação entre o mundo da experiência e dos valores vividos e o mundo das estruturas da sociedade global (Lavado, 2004, 2009). Desse modo identificam-se e entendem-se pormenores determinantes para a compreensão das diferenças entre os indivíduos e os grupos, relativamente ao modo como interiorizam e recordam fatos e fenômenos. Podem, portanto, ser produzidas memórias coletivas diferenciadas no interior de uma sociedade possuidora de uma memória social comum (Godinho, 2001). Tal visão de conjunto, não obstante, só pode ser

conseguida a partir do momento em que o *corpus* de informação, portanto, o número de histórias de vida, é suficientemente lato para que se observem repetições quanto aos fatos narrados pelos informantes, isto é, a partir do momento em que há saturação da informação. As histórias de vida são construídas a partir de narrativas de vida, ou seja, são construções que o investigador faz com os materiais que lhe são narrados pelos seus informantes num contexto de entrevista e/ou conversa informal. Geralmente essa abordagem pressupõe o interesse pela recolha de materiais numa perspectiva histórica e/ou dinâmica, contendo uma informação que é sobretudo autobiográfica e transmitida num discurso que não é o do investigador, mas sim o do informante (Lavado, 2008).

A recolha de narrativas de vida é forçosamente um processo lento e trabalhoso, que exige o estabelecimento ou a existência prévia de uma relação de grande confiança entre entrevistador e entrevistado, posto que alguns dos temas que interessam ao investigador estão relacionados com emoções profundas ou eivados de aspetos que, não obstante serem referidos, têm uma dimensão confidencial que só se revela àqueles em quem se confia. Paralelamente, o investigador pode debater-se com problemas da ordem da análise do discurso produzido pelos informantes, nomeadamente no que concerne aos saltos temporais e hiatos,² aos modos de apropriação da língua, aos dados que interessam à investigação e que se misturam com outros do domínio afetivo e emocional dos narradores, como refere Paula Godinho (2001).³ Numa mesma comunidade linguística coexistem variantes sociais e regionais, visíveis, por exemplo, no modo como determinados jogos, expressões e palavras são denominados e ditos; isso se reflete na multiplicidade de designações que existem para referenciar um mesmo objeto ou ação. A língua, como qualquer outro sistema simbólico, facilita a comunicação, porém comporta o perigo do não entendimento e do engano – possibilita a mentira, o duplo sentido, o subentendido, o trocadilho, o jogo etc. – não apenas pelo que se diz, mas também pela forma como se diz e pelo contexto em que se proferem determinadas palavras ou expressões. Também o gênero de quem fala influencia o que se diz, o modo como

2 A narrativa pode não ter – normalmente não tem – carácter cronológico, surgindo, pelo contrário, relacionada com momentos específicos da vida dos indivíduos e grupos em estudo, fazendo, por isso, sentido para o narrador mas não para o investigador.

3 Grupos sociais distintos são herdeiros de memórias diferentes e procedem a utilizações diferenciadas da língua, a partir de uma mesma norma letrada).

se diz, onde se diz e a quem, tal como acontece com os grupos socioculturais e profissionais (Lavado, 2004) – a diferenciação social constitui um fato de ordem sociocultural que se reflete em todos os sistemas semióticos (Godinho, 2001). Esta viagem pelas narrativas implicou a descodificação de expressões e sobretudo da gíria do contrabando e de termos técnicos associados à profissão de corticeiro; desse modo, aproximou investigador e investigado, que estabeleceram entre si uma relação pautada pela troca de saberes e, portanto, bastante mais horizontal do que a estabelecida inicialmente. O reconhecimento e validação dos saberes dos informantes constituiu um reforço deveras positivo no ato da comunicação, que resultou no sentimento de empoderamento dos informantes e no maior à vontade da rememoração. Visitaram-se as vidas e os segredos como se eles se tornassem tempo presente. De facto, os (mais) velhos visitam os lugares da sua memória e da memória dos seus velhos, guiando o investigador numa viagem entre tempos, tanto mais rica quanto mais numerosas são as lembranças. Ao lembrar, retornam, revivem, refazem memórias do passado, dando a elas a vida da palavra e do gesto. Ao recordar, compreendem e compreendem-se revivendo o seu processo de enculturação; são capazes de apontar as permanências e as mudanças, perpetuando-se nas memórias recriadas que legam aos jovens: “quando éramos novos, também já fomos assim”; “diziam-me que quando crescesse”.

O modo de lembrar torna-se simultaneamente um ato individual e social. Emergem recordações da família e da sua estrutura, do grupo de pertença, do espaço ocupado na teia das relações sociais, da forma primordial de enculturação, dos alimentos comidos, do vestuário usado, da frequente inexistência de sapatos, dos odores das terras de cada um em dias de festa, da sensação da água num banho proibido, do sabor de uma “chinchada”⁴ numa terra bem guardada (Lavado, 2004, 2009). As múltiplas formas de recordar o permitido e o interdito em cada tempo e os diferentes tipos de autoridade que regiam o quotidiano fazem com que perante diferentes gerações a identificação da transgressão não seja imediata.

Os casos relatados pelos informantes referem-se ao seu tempo de jovens protagonistas (embora adultos), com exceção do caso do contrabando, atividade que apenas terminou com a abertura das fronteiras e, assim, se manteve na vida dos narradores até “serem velhos... como uma ajuda, uma espécie

4 Roubo de fruta, apanhada diretamente da árvore. Era geralmente praticada por crianças do género masculino.

de ajuda pra reforma”.⁵ Os informantes a quem me reportarei são homens e mulheres nascidos no concelho do Barreiro entre os anos de 1908 e 1940.

Josefina, a mais velha, nascida em 1908 – quando a comunidade era ainda um sem-fim de quintas que viriam décadas mais tarde a dar lugar a casas térreas e a prédios de segundo e terceiro andar –, evoca amores contrariados e obstáculos para casar com aquele que foi seu marido por mais de quarenta anos, até morrer. Refere-se à ajuda de uma vizinha, a Ti Rosália, pessoa da confiança dos seus progenitores que, conhecedora da história e do namorado de Josefina, decidiu ajudar o casal. A informante lembra o corpo formoso⁶ e a habilidade para a costura que lhe possibilitavam sair de casa todas as tardes, durante cerca de duas horas, a pretexto de ajudar a Ti Rosália, costureira com muitas encomendas, para, com a cumplicidade dela, namorar às escondidas aquele “rapaz bonito, boa alma”. Os pais de Josefina achavam que o jovem andasse fugido à justiça – afinal, não trabalhava nos caminhos-de-ferro nem na fábrica, e recebia cartas de uma mulher, portanto não havia de ser coisa boa o que se passava na vida dele. Refere que era muito nova quando conheceu o marido, tinha menos de vinte anos, mas casou tarde para aquela época e comunidade, já com cerca de vinte e seis anos. Os anos que entretanto se passaram puseram à prova a determinação dos dois jovens. No caso dela, resistindo às tentativas dos pais para casá-la com pretendentes abastados (com nível social idêntico ao da família) e, no caso dele, partindo para outras paragens onde pudesse ganhar dinheiro suficiente para se casarem imediatamente, assim que regressasse para junto dela. Durante esse tempo raramente se viram, comunicando-se apenas por meio de cartas que a vizinha cúmplice, Rosália, recebia em sua casa. O simples fato de recusar-se a casar com os diversos pretendentes que os pais (e a partir de determinado momento apenas o pai) insistiam em arranjar era visto como uma forma de transgressão e resistência, não apenas no seio da família mas também na comunidade.

Cesaltina, sobrinha de Josefina, é outra das informantes. As duas têm menos de vinte anos de diferença de idade. Cesaltina evoca memórias da prisão do namorado, aquando de uma das greves da CUF,⁷ e reporta-se ao apoio dado pelos familiares, sobretudo pela tia, que sempre a acompanhou. Todos sabiam,

5 O termo *reforma*, em Portugal, designa o que no Brasil se chama de *aposentadoria*.

6 Como era alta e esbelta, argumentava que servia como manequim para provar as roupas de determinada cliente da modista que era sua cúmplice.

7 Companhia União Fabril, um dos maiores grupos empresariais em Portugal até 1974 e o principal empregador da região referida.

na família, que o seu namorado não se envolvia em políticas. Foi preso, segundo ela, por vingança de um colega que teria falsamente denunciado a sua participação na referida greve. Josefina e Cesaltina esconderam o homem, mas ele foi encontrado, acabando por ser preso, primeiro no Forte de Caxias⁸ e mais tarde num estabelecimento prisional de Lisboa. Neste último, as informantes comunicavam-se com o detido e passavam-lhe “recados” fora das horas de visita, por intermédio de uma criança e com a cumplicidade de um guarda conhecido.

Era as mulheres que lá ia... eu ia mais a minha tia e mais a minha Maria, e ela passava os papéis, os recados, nas ‘meinhas’ e nos sapatos... Eu tinha medo, mas ele coitadinho lá... E preso porquê? Por causa da greve?! Era mas era malvadez do outro, porque ele era bom trabalhador, tinha umas boas mãos... Malandro, ia-lhe dando cabo da vida, ele... [...] A minha tia é que não tinha medo nenhum e até dizia q’era mãe dele e tudo, que a Ti Margarida,⁹ coitadita, não era capaz de lá ir a Lisboa. E uma vez ele disse que arranjava a luz aos guardas, mas eles haviam de me deixar entrar e estar lá mais tempo, e assim foi. (Cesaltina, 2003).

Habilidade, coragem, engenho, capacidade de afrontar o poder instituído sempre que ele era considerado injusto e tentativas bem-sucedidas de subir na vida surgem bastante valorizados nesta comunidade.

Josefina confirma a história, referindo-se a Maria, sua filha:

[...] quando ia à cadeia, ela pequenita, pequenita, com os sapatinhos pretos de verniz, com presilha e fivela – parece que a estou a ver – e a chamar mano ao namorado da prima, que se soubessem que era namorado da prima, não podia lá entrar... e a dizer ‘Mano, ai que dor no pé’, e a tirar os recados de cá de fora, de dentro da meia. [...] e os guardas, nada, que só revistavam a gente. (Josefina, 2003).

Rosa e Cândido, conhecidos como contrabandistas, relembram a capacidade de dissimular e de transformar em gordo e grávido o corpo das mulheres contrabandistas:

8 Um dos locais para onde eram encaminhados os presos políticos antes da revolução de 25 de abril de 1974.

9 Margarida era sogra de Cesaltina.

[...] a gente passava muita coisa vestida e no corpo. O pior foi uma vez que a minha mulher foi à apalpadeira¹⁰ e foi apanhada. Nem com a roupa dela ficou... E se ela trazia coisas! Uma data de combinações, *soutiens* e cuecas iguais, umas vestidas por cima das outras e outras dobradas, 'tá a ver, metidas no meio. Paciência! E ainda pagámos uma conta calada. Já viu gente muito magra a passar contrabando?! Pois 'tá claro que não! Quer dizer, até podem ser magras, mas quando passam a fronteira as mulheres são todas avantajadas e barrigudas ou então estão grávidas! É a vida! (Cândido, 1996).

Rosa foi doméstica durante toda a vida. O seu negócio era do domínio público mas, ainda assim, marginal. Ia à Espanha, a Andorra e a Ceuta e contrabandeava artigos que a cada momento tinham mais procura. Vendia sobretudo relógios, roupa interior de luxo, lençóis e toalhas bordados, peças de tecido “de cerimônia”¹¹ e peças de vestuário de cabedal. Os produtos contrabandeados começaram por ser um complemento do salário do marido e permitiam fazer face às despesas da casa. No entanto, rapidamente o contrabando se tornou a principal fonte de receita da família, “empregando” a filha. Mais tarde, quando se aposentou, o marido juntou-se a Rosa. Referem que, apesar do risco, o contrabando vale a pena. Conscientes de que transgridem a lei, não se sentem culpados de nenhum ato ilícito. Consideram que muitos outros roubam e fazem “mais mal” do que eles. Consideram-se no direito de ter uma vida melhor – arriscam, portanto têm direito aos proventos – e gabam-se aos netos dos truques usados para enganar guardas de alfândega bem como da capacidade para negociar preços quando compram a mercadoria. Também dessa habilidade depende o lucro que terão com a venda dos bens ilícitos em Portugal.

As histórias ligadas ao contrabando fazem parte de uma memória intrínseca a cada um dos indivíduos que as ouviu, à parte mais subjetiva e construída da sua memória, porque para além de informações incluem sentimentos e laços muito fortes entre as pessoas. Constituem memórias que constroem personagens à luz de sentimentos e em que, nalguns casos, as personagens se constroem a si próprias enquanto participantes na ação. Histórias vividas pelos avós e pelos pais – mortos ou vivos – conferiram e conferem ainda aos ouvintes

10 Na gíria dos contrabandistas, “apalpadeira” é a guarda da alfândega que passava revista às mulheres suspeitas de contrabando.

11 Tecidos bordados, de brocado ou outros artigos de luxo usados para fazer vestuário de cerimônia.

uma dimensão especial, de marginalidade quase heroica porque diferente, uma dimensão diversa e aventureira da vida dos indivíduos (Lavado, 2006, p. 295).

Eduardo, corticeiro de profissão, nasceu no final da década de 1920. Órfão de mãe desde os três ou quatro anos, sempre viveu com o pai, que não voltou a casar. Apoiava-o uma tia, sempre que necessitava de comprar roupa. Para todo o resto, dependia do pai. Foi filho único e brincava com primos e vizinhos. O pai tinha um bom emprego (na CUF) e uma vida relativamente desafogada, por isso Eduardo costumava jogar à bola calçado (contrariamente ao que acontecia com a maioria dos seus amigos) e o seu pai dizia-lhe que o queria com estudos. Sentia-se, ao que referia, diferente, e como nem sequer gostava de estudar, faltava à escola e iniciou a vida profissional ainda muito jovem. Experimentou várias atividades como aprendiz, mas foi como afinador que trabalhou durante mais tempo, numa fábrica de cortiça. Mais tarde foi futebolista do Sport Lisboa e Benfica, em Lisboa, conciliando durante alguns anos as duas atividades. Conta que, quando da falta de trabalho na indústria corticeira, após a conquista do direito de subsídio por doença, golpeou, por várias vezes, as mãos dos colegas que lho pediam. Desse modo, podiam tirar dias de descanso remunerados. Como se trabalhava por empreitada, o trabalho do “doente” era dividido pelos colegas, permitindo a menos homens trabalharem durante mais dias. Esse truque, como o informante o chama – designemo-lo agora por estratégia – permitia vantagens para os envolvidos. Atente-se no facto de, à época, os corticeiros serem pagos por empreitada, o que significa que, mesmo com contratos laborais com as fábricas, quando em cada posto se acabava de trabalhar a matéria-prima, os trabalhadores ficavam sem nada para fazer. Apenas se recebia a semana que corresponde ao tempo que efetivamente se trabalhava; faltando cortiça, não havia pagamento. Assim, era de toda a vantagem demorar-se as tarefas. No entanto, para impedi-lo havia os encarregados que monitorizavam o trabalho e sabiam, por estimativa, o tempo que se demorava para realizar as tarefas, o que tornava difícil “fazer ronha”,¹² como referia Eduardo. Então

[...] restava o golpe na mão... parece que não há corticeiro que não o tenha. Aqui, aqui mesmo neste sítio [mostra a palma da mão e, com o polegar da mão contrária, traça o corte com o gesto], sempre na mão esquerda, que na

12 Expressão idiomática que significa enganar, ludibriar. Neste caso, demorar mais a realizar as tarefas de trabalho.

direita fazia mais mal... Os trabalhadores magoados, à vez, tiravam uns dias de descanso e às vezes iam pescar ou ao marisco, lá pras bandas da Barra-a-barra¹³ e pro Bico da Passadeira...¹⁴ desde que não os vissem e recebiam a baixa [...]. (Eduardo, 2002).¹⁵

Os colegas ficavam com mais dias de trabalho e Eduardo recebia pelo favor, já que não se beneficiava diretamente do trabalho redistribuído, devido à tarefa desempenhada na fábrica – era sobretudo afinador de máquinas. Esse “engano” acontecia no âmbito de um grupo restrito de colegas/amigos no qual todos tinham passado ou viriam a passar pela mesma situação. O segredo manteve-se durante muitos anos e foi necessário que quase todos os envolvidos falecessem para a história ser contada. Eduardo explica: “[...] das manhas que a vida ensina à gente... Olha, o que fazia isso era a pobreza. Ganhava-se uma miséria e havia aí gente com um rancho de filhos” (Eduardo, 2002).

Interessa saber o que é lembrado em detrimento do que é esquecido – tão ou mais importante, por certo, mas atirado para a zona da “não memória”. É por meio da memória que frequentemente os mais velhos tomam consciência do corpo – por comparação do que são com o que foram – frágeis primeiro, posantes ou belos depois e de novo frágeis. Ao retornarem na memória, retornam ao corpo que quiserem, como quiserem (Lavado, 2004, 2007). O corpo assume uma importância significativa no que concerne aos episódios de transgressão aqui enunciados: é sacrificado e sujeito à dor quando se resiste aos padrões – e para isso a mão esquerda dos homens é ferida; é privado de liberdade e sujeito a situações anômalas quando se resiste politicamente; sofre alterações morfológicas (ainda que virtuais) quando se passa o contrabando; corre o risco de não se reproduzir no caso em que a autoridade paterna proíbe o casamento com um pretendente ou de ser usurpado quando essa mesma autoridade força o casamento da filha com um homem escolhido por si. Em última instância, o corpo surge como manifestação de resistência, onde o risco de transgredir se faz sentir.

Para além das narrações de vida individuais, recorreu-se às narrações de vida em grupo por meio daquilo que Paula Godinho (2001) denomina como exploração das subjetividades partilhadas, no seio da família. Irmãos e irmãs, tias e sobrinhas, amigos e amigas, marido e mulher partilham a informação,

13 Zona na comunidade que abrange uma praia. É também o nome que se dá à praia.

14 Local específico da praia da Barra-a-barra.

15 Subsídio de doença pago pelo Estado, quando se está temporariamente impossibilitado de trabalhar.

corrigem-se mutuamente em relação a alguns pormenores e, em conjunto, recordam situações bem presentes para uns, quase esquecidas para outros. Evoca-se a memória da dor psicológica e física que a transgressão provoca e, sempre que as histórias são contadas e repetidas no contexto familiar, os mais novos aprendem e interiorizam que a transgressão enquanto ato consciente acarreta consequências que os protagonistas da ação aceitaram à partida. Aprende-se e interioriza-se, portanto, que os atos têm consequências e que elas fazem parte do jogo dos enganos.

Ao dar-se voz às lembranças e à memória – a voz das histórias contadas –, às culturas e grupos minoritários, reconhece-se o valor das culturas faladas, ainda que em alguma medida integradas em sociedades dominadas pela escrita. Recuperando as histórias contadas para fazer a história, há que se aceitar o desafio de (re)introduzir a emoção, os medos e as fantasias que a metáfora da memória encerra. Ao mesmo tempo, aceitam-se os obstáculos que forçosamente se impõem às generalizações, entendendo-se cada depoimento como construção da consciência e da memória, enfatizando a variedade da experiência nos grupos sociais e simultaneamente assumindo que cada história é modelada por uma cultura comum. Isto é, o investigador coloca-se na encruzilhada entre a heterogeneidade do sujeito enquanto indivíduo e a homogeneidade do sujeito enquanto mais um indivíduo, num desafio nítido às categorizações rígidas entre público e privado, entre memória e realidade (Samuel; Thompson, 1990; Augé, 2001; Bertaux, 1981). A modalidade da evocação simultânea das narrativas de vida apresenta a vantagem do cruzamento imediato da informação e conduz o investigador mais rapidamente à consciência da saturação (Lavado, 2004, 2008; Piedade, 2013).

As memórias – porque a memória e a tradição estão em contínua reciclagem e reformulação para conferir sentido ao passado, projetando-o no presente e no futuro – aproximam o investigador do processo de construção e transmissão “mítica”. Podem observar-se os desfasamentos, as omissões e as reinterpretações dos atos, factos e carácter dos indivíduos, por meio dos quais o mito toma forma, no âmbito da memória individual e coletiva. As histórias de vida, vistas a essa luz, não devem ser consideradas uma amálgama de fragmentos, mas sim acontecimentos com uma forma, nos quais alguns incidentes são dramatizados, outros contextualizados e outros ainda silenciados no processo de moldagem da narrativa, que é moldada por factos conscientes e inconscientes – mito e realidade –, cada qual desempenhando um papel significativo (Lavado, 2004; Piedade, 2013).

Em qualquer destes casos de transgressão, a razão aparece sempre do lado dos protagonistas da ação e as suas atitudes surgem justificadas como luta contra a injustiça. A culpa é do outro e os protagonistas reagem como podem, com as armas que têm – esperteza contra o poder. Ainda assim, há atitudes e personagens que são “maquiadas” e desculpadas nas suas atitudes. Diz Josefina:

[...] o meu pai e a minha mãe só queriam o meu bem... O que é, é que... preocupavam-se, não é? Eu era filha e era a mais novita... E depois, também havia gente que não ajudava nada... sempre a dizer: quem é a mulher que escreve as cartas? E porque é que ela diz ‘O nosso menino está bem?’ [...] mas quando eles souberam que o menino era o irmão e que era a mãe que lhe escrevia, aceitaram. Pois, aceitaram. Aceitaram e gostavam muito dele, era o ‘Ai, Jesus’ deles, o meu António. (Josefina, 2003).

Cesaltina refere:

[...] atão, pois os homens não sabiam lá se ele fazia greve ou não... Aquele malandro que tinha inveja dele é que foi dizer a eles que o meu [namorado] andava lá metido na política. Ele andava a espreitar a gente e ó pois, ele é que foi dizer a eles [autoridades] adonde é q’ele ’tava escondido... Aquilo foi ele, nã foi mais ninguém, foi ele, o malandro [...]. (Cesaltina, 2003).

Rosa, por sua vez afirma:

[...] há fiscais [da alfândega] que são maus, muito maus... maus... Andam à procura a ver se pinga algum pro bolso deles. Uma vez um deixou-me passar tudo, menos um blusão... Contou logo um a menos, o guloso! Se eu entendia... entendi, entendi... Mas ainda ganhei bom dinheiro dessa vez. Se eu trazia coisas... era rente ao fim de ano... ele era brocados... lindos! Caros! Vendi tudo, tudo. Elas pagavam a prestações... faziam vista c’o meu dinheirinho, muito finas, muito finas, mas iam pagando à Rosa da candonga! Havia outros que, coitados, era como a gente e tinham pena. Só se pagava [na alfândega] se fosse mesmo muita mercadoria. Coitaditos, faziam o jeito [...]. (Rosa, 1996).

Eduardo evoca memórias relativas a alguns colegas:

[...] a Margarida era da confiança dos patrões, mas essa sabia e não dizia nada. Ora, eles tinham muito... tanto que nem apareciam por ali... Eles queriam lá saber, era o governo que pagava a baixa... Nã... a Margarida nunca falou... Agora havia lá um bufo que... ainda hoje me revolta... e ia roubar o comer, a marmitta aos outros... filho da... Um dia, deixaram um saco com comida e ele foi comer a bucha e vai-se a ver, era pão com merda! Pouco durou lá... foi fazer queixa ao capataz mas o outro nã lhe deu troco! Foi trabalhar pra outro sítio, que lá ninguém lhe ligava... bufo [...]. (Eduardo, 2002).

Maurice Halbwachs (1968) opõe-se a Bergson (1939/1993) ao negar que existe uma “memória pura” que constituiria um registro integral do passado dos indivíduos, e considera que as memórias dos grupos sociais em presença se entrecruzam. É precisamente nesse cruzamento, afirma, que se estruturam as opções individuais, que são, por isso, diversas entre si – as memórias do indivíduo traduzem, pois, a história e a memória de quem o fez gente, filtradas pela gente que o indivíduo, a cada momento, é. Nesse sentido, a sociedade é a dimensão que permite aos indivíduos reconstituírem o passado (Lavado, 2004; Piedade, 2013).

As memórias dos indivíduos – as que eles têm de si, dos outros e da sociedade onde existem, bem como aquelas que não conhecem a não ser de ouvir dizer, pelos olhos e memórias de outros – não se esgotam num tema nem se espantam ao gosto de qualquer conveniência metodológica para que seja mais fácil ao investigador estudá-las. Existem como um todo, uno e diversificado, no qual cada uma é ponto de partida para outra, como eixo contínuo traduzido por histórias que formam a história. Fazem parte da vida dos indivíduos e são por eles referidos quando falam de si, do que são e da vida que é a sua – ou que eles veem como sendo a sua. Em suma, compõem a sua narrativa de vida (Lavado, 2004).

Uma vez destruídos os suportes materiais da memória, os caminhos da “recordação consequente” – entenda-se passagem das recordações a outros – ficam bloqueados, perdendo-se-lhes o rasto. A memória, para recordar, necessita de interlocutores, de lugares e de objetos, bem como de estruturas (familiares e/ou sociais) em que possa apoiar-se para fazer sentido, para deixar de ser apenas lembrança, recordação (individual ou de um grupo restrito) e constituir-se como um acervo coletivo, como memória social (Piedade, 2011). Após reconstruírem e interpretarem acontecimentos que testemunharam ou nos quais participaram, os informantes/“recordadores”, independentemente das

suas posições político-partidárias, veicularam alguns estereótipos que reproduzem, por via da memória, uma sociedade idealizada. Não obstante os defeitos que tinha ("Era uma vida dura, naquele tempo"; "A gente, naquele tempo, trabalhava muito"; "E quem é que podia ter brinquedos?! Só os ricos!"), era um bom tempo ("A gente era pobrezinhos, mas divertia-se muito!"; "Quem me dera outra vez aquele tempo!"; "Era tudo uma família!"; "Não havia maldade!"), uma idade de ouro da vida de juventude (Lavado, 2004).

As lembranças pessoais e as dos indivíduos enquanto grupo sujeito a problemas – e, em alguns casos, a privações – são como que recobertas por outras "memórias", que conferem às primeiras novo sentido. As memórias associadas aos indivíduos e aos grupos adquirem um poder mágico que os faz recuar num tempo, apesar de tudo, melhor do que o presente – eles recordam o melhor, esquecendo, na maioria das vezes, o que de menos bom ou de mau a sua vida foi tendo.. Para o investigador, contudo, as recordações, cada passado e cada presente, revelam as diferenças e as semelhanças dos indivíduos entre si e dos indivíduos enquanto grupo – mostrando o modo como diferentes atividades diferentes e diferentes gêneros concorrem para a produção das lembranças. No seu processo narrativo, os informantes referem memórias, atos e memórias de atos, ou seja, lembranças mais ou menos avulsas de acontecimentos por si vividos ou que lhes foram contados por terceiros, atos diretamente praticados por si, que assumem formas e impactos diversos nas suas vidas, e, finalmente, lembranças de atos praticados por outrem dos quais foram espectadores ou que lhes foram transmitidos também por terceiros. Essas recordações permitem um maior ou menor distanciamento face às situações, portanto, um envolvimento emocional também diferente, e explicam o fato de os intervenientes numa mesma situação, no mesmo corte temporal, a terem memorizado e reproduzido de modo diferente, embora a história seja sempre reconhecível. Por isso se infere que a substância social da memória é diferente consoante os indivíduos, pelo que a informação lembrada, contada e recontada também o é. O modo de evocação da lembrança é um ato simultaneamente individual e social: o indivíduo, mas igualmente o grupo, transmite, reforça e retém as memórias que para si fazem sentido (Lavado, 2004; Piedade, 2011, 2013).

O tempo da memória é eminentemente social e cíclico, repercutindo-se no modo como se recupera a lembrança – quando jovens adultos, os informantes ouvidos balizavam o tempo em função de eixos temporais cíclicos: o seu aniversário, o Carnaval, o tempo de escola e o tempo fora da escola, o

Natal, as festas da localidade e os Santos Populares. Mais tarde, as festas continuaram a marcar presença na sua organização temporal, mas acrescidas do emprego que a uma dada altura tinham e dos acontecimentos anómalos da sociedade em que viviam (greves, manifestações etc.); cruzam-se na sua conceção de tempo os calendários do trabalho e da festa, do evento político, do acontecimento insólito (o ciclone, “aquela vez em que nevou”...), da vida pessoal e social (casamento, nascimento de filhos, sobrinhos, irmãos muito mais novos, morte de parentes e de vizinhos). É a evocação dessas recordações que vai despoletar as suas “memórias do mundo” (Lavado, 2004). Reaprende-se a compreender e a relativizar o tempo quando ele surge do presente para o passado, isto é, esbatem-se os sentimentos – de desgosto, de raiva, de medo – e os sujeitos passam a ver-se tal qual eram quando protagonistas da ação. Já não é apenas “quem eu sou, mas quem eu era nessa altura” e o investigador assiste não raramente ao confronto do protagonista atual com o passado: “o que a gente era e o que a gente é!”; “como se aquilo tivesse importância!”; “ai, quando a gente é criança, faz tantas asneiras!”; “soubesse eu o que sei hoje”. Valida-se e valoriza-se a experiência que se transmite, mas não que se ensina nem se aprende – compreende-se ou não; serve ou não aos sujeitos mais novos, interlocutores possíveis das gerações mais velhas mas cada vez mais arredados das relações familiares e ausentes dos grupos intergeracionais.

Bergson (1939/1993) observa, também, que esse presente contínuo se manifesta, na maioria das vezes, por movimentos que definem ações e reações do corpo sobre o seu ambiente. Considera o autor que a memória se alia à percepção – do mundo, dos outros, e do próprio indivíduo, através do seu corpo. De fato, quando evoca alguma lembrança, o indivíduo, em abstrato, tem sempre presente a imagem do seu corpo e é por meio dessa corporeidade que pode lembrar o meio – tanto físico como social – que o rodeia. Desse modo, a memória permite a relação entre o corpo presente e o corpo passado ao mesmo tempo que interfere no processo “atual” das representações (Lavado, 2004).

Bergson (1939/1993) crê que as lembranças existem em estado latente, são apenas potenciais. Só existem verdadeiramente quando despoletadas pela consciência, isto é, são do domínio do “inconsciente” – o passado conserva-se inteiro e independente no espírito dos indivíduos. Para Halbwachs (1968, 1994), a lembrança é a sobrevivência do passado. Ele não estuda a memória enquanto tal, mas sim os quadros sociais da memória e, nesse sentido, a memória do indivíduo que depende do seu relacionamento com a

família, com o(s) estrato(s) social(sociais)¹⁶ a que pertence, com as escolas que frequentou, com os aspetos religiosos com os quais se identifica, com a(s) profissão(profissões) que exerceu etc. Isto é, os quadros sociais da memória têm que ver com os grupos de referência a que esse indivíduo se reporta na sua experiência de vida, bem como às instituições sociais com as quais se identifica e às quais pertence. Nesse sentido, embora a lembrança de um fato antigo possa parecer nítida e real, já não carrega os sentimentos que se experimentou na juventude, pois daí para cá os indivíduos modificaram-se, não são os mesmos – a sua percepção alterou-se e, com ela, as ideias e os juízos de realidade e de valor. Em função da realidade lembrada, exacerbam-se ora sensações positivas, ora negativas, de tal modo que o facto de lembrar o passado no tempo presente exclui a identidade entre as imagens de um e de outro momento temporal (Lavado, 2004).

A criança deste tempo, e sobretudo a do tempo passado, é herdeira do conhecimento enformado pelos dados da história oficial (escrita), mas absorve, em grande parte, a outra história, a história vivida, dos adultos que participaram no seu processo de enculturação – sem os quais a memória não seria possível. Se não conseguissem recordar e entender que são parte daqueles que cuidaram delas e lhes transmitiram ensinamentos informais, as crianças teriam do seu passado recente a ideia de um conjunto de fatos e de fenômenos interligados sem qualquer referência emocional, no espaço e no tempo (Bosi, 1994; Connerton, 1993; Fentress; Wickham, 1992). As práticas relatadas pelos informantes enquanto pais, e sobretudo enquanto avós e bisavós, tornam-nos acessíveis aos mais jovens que com eles se identificam em termos de pessoa/personagem. Não são apenas parentes mais velhos e símbolos de autoridade que deve ser respeitada, mas também adultos cujos comportamentos e atitudes podem e devem ser confrontados à luz das histórias que eles próprios protagonizaram. Dá-se uma aproximação/identificação dos netos e bisnetos com os avós/bisavós, que resulta, por contraponto, na oposição entre pais e filhos. Os pais dos mais jovens representam a ordem e autoridade, avós e bisavós encarnam a dimensão da contestação e da transgressão possível, popularizada na expressão “os pais educam, os avós estragam...”.

É possível ver precisamente como a memória diverge claramente da imaginação e do simbolismo. A idealização e a demonização dos indivíduos e dos

16 Os informantes referidos, por motivos diversos, atravessaram mais do que um estrato social; a mobilidade deu-se tanto em direção ascendente quanto em descendente.

acontecimentos tornam-se pistas para analisar esperanças frustradas e medos escondidos. A fantasia da “reconstrução” dos acontecimentos contribui para a influência dinâmica do mito e para a agitação dos movimentos sociais. Há truques típicos do “trabalho de sonho” – as condensações, os reversos, as substituições, as metáforas e os jogos de palavras por meio dos quais as mensagens simbólicas são convertidas não apenas nos sonhos, mas também nos costumes sociais, na música, nas anedotas e piadas, nos mitos clássicos tradicionais ou nas formas atuais de contar histórias. Exemplo disso são as lembranças referidas pelos informantes em que a angústia – respetivamente, de períodos de ausência de trabalho na indústria corticeira e da prisão de um ente querido – aparece atravessada pelo aspeto lúdico das situações (Lavado, 2004, 2007; Piedade, 2013).

[...] eles viviam à grande e nós... bem, eu até nem vivia muito mal, mas trabalhava que me fartava! Entrava cedo na fábrica, fazia o dia em meio dia e depois saía de bicicleta até à estação, apanhava o barco e ia pra Lisboa. Depois, ia até onde é o Marquês¹⁷ e apanhava boleia dum gajo que jogava no Sporting e era o único que tinha carro... entrava tudo lá pra dentro... às vezes sete e oito ao colo dos outros... uma paródia! E ia treinar... já levava meio treino nas pernas. Mas os patrões... havia-os bons, mas aqueles não valiam nada, eram uns reles! Mas eram bem enganados, ora se eram. Só se a gente não pudesse! (Eduardo, 2002).

Verifica-se uma aproximação das narrativas orais com a mitologia popular tradicional, no âmbito das conveniências dos valores morais. É muito comum que essas histórias sirvam como parábolas, exemplificando a coragem, a bondade ou a força; como nas fábulas e mitos clássicos, podem apresentar grandes semelhanças entre si.

[...] era preciso ter coragem pra aguentar aquelas pancadas dos guardas, mas ele aguentou! E nã tinha feito nada... Se ele sabia quem é que mandava na greve [...]. Nada! E quem é que lá estava... Nada! ‘Nã sei, nã tenho que ver com isso. Nã sou político...’ Coitado! E os outros viram que ele não sabia de nada, mas sabia! Ele não se meteu nisso, mas sabia quem eram os

17 Refere-se à rotunda Marquês de Pombal, em Lisboa.

outros... até o cabecilha... Pois atão, se ele era daqui... Aqui toda a gente sabia, os rapazes é que nã disseram nada [...]. (Cesaltina, 2003)

Daqui à “construção” social de heróis e vilões, de processos de identidade e de alteridade, é um pequeno passo. Uma análise aprofundada da narrativa pode sugerir que não se encontraram apenas as memórias individuais de estereótipos culturais – “os tipos ideais” no sentido que Max Weber (1983) atribuía ao termo –, de indivíduos que incorporam qualidades particulares. Há fatores ou indivíduos que podem ter uma influência decisiva na moldagem das histórias de vida – familiares muito próximos (omnipresentes, tirânicos), professores (demasiado severos) invisíveis na narrativa e, no entanto, sempre presentes. A seleção das personalidades, tal como a dos eventos, é parcialmente simbólica, e ilustra dois registos opostos das vivências – a crueldade e a injustiça, por um lado, e a benevolência, por outro.

Há uma linha que não se ultrapassa. O limite é o que o protagonista da ação/história narrada considera como imoral ou mesmo dúbio, pelo que nem todos os meios justificam os fins. Podem-se enganar os poderosos, os ricos, o Estado, o poder, mas não os considerados iguais ou mais frágeis. Obviamente em teoria, porque na prática: “[...] há que ter cuidado com quem a gente se mete, que há os que se fazem muito coisos e depois são bufos... até inventam coisos... Há por aí uns... Eu nem quero falar nisso...” (Eduardo, 2002.)

Qualquer autobiografia funciona como espelho da moralidade, e esse fenômeno pode ser visto não apenas no modo como a narrativa de vida é produzida pelo informante mas também nos elementos míticos que podem ser justapostos pela singularidade de cada memória pessoal. Uma grande proporção da riqueza de detalhes de uma história de vida típica permanece objetivamente válida, e, nesse sentido, todas as histórias de vida são potencialmente evidências de subjetividade e mesmo do inconsciente; a memória oral oferece uma dupla validação no entendimento do passado, de tal modo que ainda hoje o mito influencia a experiência real (Lavado, 2004; Piedade, 2013, 2014).

A inteligência, a esperteza e a capacidade de em função do passado (memória do que foi) perspetivar o futuro (projetar o que será) permitem manipular o presente e assumir o papel de divindade, isto é, estabelecer regras ocultas que regem a vida dos comuns/humanos. Estes atores do engano/estratégia fazem uma *performance*/representação simultaneamente de seres superiores de sorte/azar que os coloca como oficiantes poderosos e conscientes de um ato de encarnação/desafio que lhes confere uma qualidade de “quase

deuses” e “quase não humanos”, não possuindo nenhuma das duas. De modo contínuo, geração após geração, trata-se de uma *performance* quotidiana no tempo da longa duração (Scott, 2009). O seu estatuto não é claro, mas confere-lhes o poder de subverter a regra e a ordem expectáveis, colocando-os num espaço-tempo próprio, característico da liminaridade (Piedade, 2014).

Partilho da ideia de Raymond Boudon (1999) de que a atividade científica procura responder a questões sobre o real, mas nunca esquece que essas questões são elas próprias colocadas em função de um quadro de referências e de memórias. De certo modo, trata-se de refletir a respeito da ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não se encontram amadurecidas para a vida social e do modo como a comunidade se percebe em função dessa ação.

A valorização dos saberes é sempre contextualizada num espaço e num tempo, pelo que a importância do que se sabe depende das necessidades operativas do grupo num espaço-tempo específico e tem consequências na autovalorização e na autoestima dos indivíduos. Do mesmo modo, a questões colocadas de forma a evocar memórias devem ser valorativas do sujeito informante e dar-lhe margem para se servir como uma metalinguagem que evoque o processo de aquisição das aprendizagens não formais. Como uma das mulheres entrevistadas referia: “[...] posso não saber ler, mas sei outras coisas. Sei ser uma mulher arranjada”. Essas competências são aprendidas com as mulheres mais velhas e entre pares. A construção de género que entre os homens se fazia nesta comunidade por via da integração no mundo do trabalho, primeiro, e da iniciação sexual, depois, fazia-se no caso das mulheres por via do treino e da interiorização da preparação para o desempenho de um papel doméstico. O respeito pela família e pelo futuro marido era um valor que não se punha em causa. Todavia, respeito não se confundia com submissão nem com dependência. Maioritariamente as mulheres que nesse contexto trabalhavam fora de casa eram as mais pobres. Trabalhar na fábrica (corticeira ou nas várias indústrias do grupo CUF) estava reservado, durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, às mulheres cujos maridos não auferiam salários suficientemente elevados para que elas fossem donas de casa (ainda que estas últimas pudessem eventualmente trabalhar como costureiras, bordadeiras ou doceiras). As outras mulheres trabalhadoras “fora de casa” constituíam uma minoria e, de certo modo, também elas transgrediam a norma daquele contexto espaçotemporal. Eram mulheres letradas o suficiente para estabelecer-se por conta própria como comerciantes, aceder a lugares de função pública – como professoras, regentes, funcionárias dos

correios – ou de quadros intermédios em empresas como a CUF e as indústrias corticeiras (nos escritórios, nos serviços de contabilidade, na creche...). A ideia de paridade tomava forma no seio de muitas famílias, continuando, de certo modo, uma prática disseminada durante a Primeira República (estabelecida em 1910), de cujos valores muitas das famílias mais abastadas da localidade se consideravam herdeiras e transmissoras. Porém, no início do século XX, quando o número de crianças nas escolas aumenta, verifica-se que são sobretudo os rapazes que engrossam as fileiras. As jovens mulheres precisavam saber fazer a lida da casa, tratar dos filhos, enfim, “ser mulheres”, e a instrução “não acrescentava nada à sua felicidade”, pelo que a ideia de não submissão das mulheres, vigente em algumas famílias, apresentava limites – desde logo no processo de educação formal e de qualificação para o exercício de uma profissão. De fato, quando frequentavam a escola, geralmente faziam-no durante menos tempo do que os rapazes, mesmo os irmãos, até nas “classes mais altas” desta comunidade. Muitas, consideradas mulheres educadas, sabiam ler e escrever corretamente, falar francês e tocar piano. Raras tiveram uma educação formal que lhes conferisse habilitações académicas médias ou superiores.

Os estereótipos de autoridade masculina e de figura paterna, ora representada pelo progenitor ou pelo professor, ora pelo patrão ou pelo Estado, estavam presentes na vida quotidiana e nas aprendizagens, quer formais, quer informais. Era na escola que se reforçavam os papéis de género enunciados na unidade doméstica. Era ainda a escola que disciplinava os corpos, pelo castigo das reguadas e puxões de orelhas, e humilhava, pelo castigo psicológico, por exemplo, ao colocar orelhas de burro na cabeça das crianças. Assumia também o papel de instituição que preparava para a saúde, esse bem essencial ao progresso e ao desenvolvimento das sociedades, cuidando da aparência, da higiene e das maleitas do corpo dos estudantes – sobretudo aquelas que, acreditava-se, eram reflexo do vício. As declarações de um dos informantes exprimem essa realidade:

Eu andei na escola [...] e o professor era o Barriga de Bicho, que era muito mau, muito ruim! A régua dele era o pé de um banco, desses mochos... isso é que era a régua dele! Andava sempre pela escola a cantar ‘Pam-pam-pam-pam... ando a dar escola aos filhos dos alcoólicos’ [...]. Ele dizia bêbados! Com um abaixo-assinado, ele foi corrido de cá! Com um abaixo-assinado! Dava grandes tareias! Ele era muito mau! (José, 1997).

De certo modo, os locais de educação não formal que eram as Coletividades de Cultura e Recreio funcionavam como contraponto à escola. As bibliotecas estavam abertas a quem quisesse frequentá-las, promovendo a intra e intergeracionalidade bem como a interação entre gêneros; não se observava, portanto, segregação. Obviamente que o decoro se impunha, não obstante a troca de ideias e a discussão política e ideológica, tal como a construção de uma cidadania partilhada entre indivíduos que se reconheciam como pares, embora pudessem pertencer a estratos socioeconômicos (ligeiramente) diferentes no contexto da comunidade. Misturava-se a atividade cultural com o lúdico proporcionado pelos passeios organizados pelos grupos excursionistas das Coletividades de Cultura e Recreio ou pelos bailes que aí tinham lugar e, por essa via, forjavam-se relações identitárias fortes.

Pertencer ao grupo, estabelecer com ele diferentes relações e ser “especial” no interior dele e da comunidade implicam ter um código de honra e respeitá-lo. Em função do grupo e por causa do grupo, os indivíduos reagem de um modo por vezes diferente do que reagiriam individualmente. Reconhecer-se como elemento de pertença de um grupo, fosse ele de lúdico, cultural ou político implicava cumplicidade, isto é, poder confiar em iguais, reconhecidos e reconhecíveis como honrados, logo como não traidores. O fato de os indivíduos manterem entre si relações de grande proximidade, fossem elas familiares ou de amizade, era uma garantia em si mesmo de sucesso do grupo, da sua perenização e manutenção.

Como refere Casal (1995), uma identidade faz parte de um projeto que os grupos e os indivíduos procuram a todo o momento realizar, afirmando-a e reivindicando-a junto dos outros e, por vezes, contra os outros grupos e indivíduos. Nesse sentido, a identidade de uns forja-se na identidade de outros. Logo, a identidade surge como uma realidade dinâmica e processual, que se constrói na convergência e na divergência. As representações identitárias, como consequência, surgem perante o tecido social, ao mesmo tempo que emergem dele. As histórias ligadas ao jogo da “asneira” – leia-se transgressão – geram cumplicidades e fazem parte de uma memória intrínseca a cada um dos indivíduos que as viveu e ouviu, à parte mais subjetiva e construída da sua memória, porque para além de informações, inclui sentimentos e laços muito fortes entre as pessoas (Lavado, 2004). Compreender a formação e a reprodução de tais fenômenos é objetivo do processo em curso.

Futuramente é expectável a constituição de um *corpus* de narrativas de vida, recolhidas nesta comunidade, que permitam identificar e compreender

estratégias de resistência adotadas ao longo do tempo pelos seus habitantes – compreender, enfim, os mecanismos de transmissão da memória e da aprendizagem de estratégias de sobrevivência. É, neste momento, um trabalho em curso que se reveste de uma imensa urgência. As comunidades permanecem no mesmo lugar, ainda que diferentes. Mas as pessoas que as compõem, essas são insubstituíveis e, embora algumas tenham uma longevidade invejável, estão, a cada momento, na iminência de desaparecer. Como cada um de nós.

Referências

- AUGÉ, Marc. *As formas do esquecimento*. Almada: Íman, 2001.
- BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. Paris: PUF, 1993. (Originalmente publicado em 1939).
- BERTAUX, Daniel (Org.). *Biography and society: the life history approach in the social sciences*. Paris: Sage 23, 1981.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (Originalmente publicado em 1973).
- BOUDON, Raymond. *Os métodos em sociologia*. Lisboa: Rolim, 1999.
- CASAL, Adolfo. *Para uma epistemologia do discurso e da prática antropológica*. Lisboa: Cosmos, 1995.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1993.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspetivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.
- GODINHO, Paula. *Memórias da resistência rural no Sul: o caso do Couço (1958-1962)*. Oeiras: Celta, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.
- _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.
- LAVADO, Ana Piedade. Animação territorial: ouvir a vida e fazer o destino. *Práticas de Animação*, ano 2, n. 1, out. 2008.
- _____. Contrabando: o jogo do jogo. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, n. 18, p. 295-317, 2006.

_____. De fazedores de jogos a construtores de tempo. In: GODINHO, Paula; BASTOS, Susana; FONSECA, Inês (Coord.). *Jorge Crespo: estudos em homenagem*. Castro Verde: 100Luz, 2009.

_____. *Etnografias da memória: do tempo da pressa à pressa do tempo*. *Arquivos da Memória*, n. 1 (nova série), p. 40-55, 2007.

_____. *No trilho dos pequenos deuses: aprendizagens da memória*. Dissertação (Doutorado em Antropologia Social e Cultural) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.

PIEIDADE, Ana. Contar-se como se foi, ver-se como se é: histórias de vida e empowerment. *Práticas de Animação*, ano 6, n. 5, p.1-27, 2013.

_____. Memórias e representações territoriais: o caso da vila do Lavradio. *Práticas de Animação*, ano 5, n. 4, 2011.

_____. Vidas e performances no lúdico. In: GODINHO, Paula (Coord.). *Antropologia e performance: agir, atuar, exhibir*. Castro Verde: 100Luz, 2014.

POIRER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul. *Histórias de vida: teoria e prática*. Oeiras: Celta, 1995.

SAMUEL, Raphael; THOMPSON, Paul. (Org.). *The myths we live by*. London: Routledge, 1990.

SCOTT, James. *The art of not being governed*. Yale: Yale University Press, 2009.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1983.

Fontes orais

CÂNDIDO [81 anos]. [jan. 1996]. Entrevistadora: Ana Felisbela de Albuquerque Piedade. Barreiro, 3 jan. 1996.

CESALTINA [78 anos]. [abr. 2003]. Entrevistadora: Ana Felisbela de Albuquerque Piedade. Lavradio, 26 abr. 2003.

EDUARDO [75 anos]. [ago. 2002]. Entrevistadora: Ana Felisbela de Albuquerque Piedade. Lavradio, 5 ago. 2002.

JOSÉ [76 anos]. [jun. 1997]. Entrevistadora: Ana Felisbela de Albuquerque Piedade. Lavradio, 16 jun. 1997.

JOSEFINA [94 anos]. [abr. 2003]. Entrevistadora: Ana Felisbela de Albuquerque Piedade. Lavradio, 25 abr. 2003.

ROSA [79 anos]. [jan. 1966]. Entrevistadora: Ana Felisbela de Albuquerque Piedade. Barreiro, 20 jan. 1996.

Resumo: Pretende-se no presente texto partilhar uma reflexão sobre a reprodução da transgressão numa comunidade em mudança. Nesta comunidade, que se transforma de rural em urbana, homens e mulheres enfrentam diferentes adversidades – pobreza, prisão e falta de liberdade de casar com quem desejam. Lutando contra essas situações muitas vezes de uma forma considerada pouco apropriada perante a lei e as regras da sociedade, estes homens e mulheres tomaram atitudes lógicas e concretas que são lembradas no seio da família e de um grupo muito restrito de pessoas como estratégias de sobrevivência. Essas histórias de família são partilhadas com os mais novos e usadas para lhes contar “o que a vida nos ensina”. À entrevistadora foram contadas no âmbito de um trabalho de campo que privilegiou o método biográfico.

Palavras-chave: histórias de vida, memória social, aprendizagem, transgressão, lúdico.

“The tricks life teaches us”: transgression as a resistance strategy

Abstract: This paper aims to think about transgression reproduction in a community in a changing process from rural to urban. In this community, men and women face different difficulties – poverty, prison and lack of freedom to marry who they want to. Struggling with these situations in a way sometimes considered inappropriate and against the rules and the law, these men and women took logical and concrete actions that are remembered, in their family and in a very restrict group, as survival strategies. These family stories are told to the youngest and are used to teach them the lessons that “life teaches us all”. These stories have been shared with the researcher, during a field research based in the biographical method.

Keywords: life stories, social memory, learning, transgression, ludic.

Recebido em 02/08/2015

Aprovado em 13/10/2015